



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

42 ANOS – DISTRIBUINDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente:

Querino Volkmer

Vice-Presidente:

Vicente Czycza

Secretário:

Paulo Kreutz

Conselheiros Efetivos:

Eliseu Luis Stein

Leomar Jose Becker

Miguel Kessler

Vilmar Minnikel

João Dogonski

Afonso Kern

Pedrinho Dewes

Jacó Pedro Horn

Guido Fritzen

Hilário Miguel Schorr

Pedro Ribeiro Prestes

Conselheiros Suplentes:

Ignacio Heleno Hahn

José Danilo Drus

Valdemar Weiss

Claudemir Kurschner

Jair Robaldo Wolf

Auri Michelsen

Claricio Perius

Diva Maria Ludwig Neis

Casimiro Santinon

Walderino Wieland

Alcione Copetti



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Senhoras e Senhores Associados:

Convictos da nossa postura e dedicação nos enfrentamentos e demandas na condução da Cooperluz, encerramos mais um ano de intensos trabalhos, estes, já realizados dentro das normativas do setor elétrico brasileiro. Trazemos para apreciação do quadro social o relatório das principais atividades desenvolvidas, e que em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e regulatória consideramos importante para divulgar o desempenho da **Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** no ano de 2012.

1. Perfil

A Cooperluz, é uma sociedade cooperativa, regida pela Lei 5764/71, fundada em 05/12/1970, com sede em Santa Rosa/RS, com o objetivo social de prestar serviços aos seus 15.051 associados, atuando na área de distribuição de energia elétrica, que consiste nas atividades de aquisição da energia, a distribuição, a comercialização, a manutenção de redes e equipamentos e a administração, com área de permissão em 15 municípios do noroeste gaúcho, sendo uma sede municipal, e nestes 42 anos de fundação sempre procurou distribuir uma energia com qualidade.

Cooperativa em números

Atendimento	2012	2011	%
Número de Cooperados/consumidores	13.837	13.601	1,74
Número de empregados	118	114	3,51
Número de consumidores por empregado	117	119	(1,71)
Número de localidades atendidas	15	15	-
Número de postos de atendimento	2	2	-
Número de postos de arrecadação	10	10	-

Mercado	2012	2011	%
Área de permissão (km ²)	2.704,00	2.704,00	-
Energia contratada (MWh)	55.443	52.029	6,56
Demanda Máxima (kW)	15.139	14.282	6,00
Distribuição direta (MWh)	47.582	44.826	6,15
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.550	1.436	7,94
Consumo Rural Médio (kWh/Ano)	3.508	3.357	4,50

Operacionais	2012	2011	%
Linhas de distribuição (km)	4.861,14	4.839,03	0,46
Consumidores p/Km Rede	2,85	2,81	1,27
Transformadores Instalados	3.344	3.248	2,96
Capacidade instalada (MW)	49.327,00	47.160,96	4,59
Transformadores P/UC -Unidades consumidoras	4,14	4,19	(1,19)
Nº Pontos de Conexão com Supridora	8,00	8,00	-
DEC (horas)	76,46	ND	-
FEC (horas)	29,13	ND	-

Financeiros	2012	2011	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	20.564,72	18.741,96	9,73
Receita operacional líquida (R\$ mil)	17.134,71	15.702,60	9,12
Margem operacional do serviço líquida (%)	17,53	20,63	(15,03)
EBITDA OU LAJIDA	4.163,35	4.587,20	(9,24)
Lucro líquido (R\$ mil) ou resultado serviço	3.003,09	3.239,32	(7,29)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	28.749,85	26.671,73	7,79
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	10,45	12,15	(13,99)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	8,52	8,32	2,40
Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)	18.148,78	17.292,07	4,95
Investimentos realizados R\$	4.483,56	2.577,85	73,93
Índice de Liquidez - Corrente	6,33	7,38	
Índice de Liquidez - Geral	4,28	4,56	



2.Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro divide-se em geração, transmissão e distribuição energia elétrica sendo regulado pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. A distribuição de energia elétrica no Brasil é composta de 63 concessionárias de energia elétrica e 66 cooperativas de eletrificação rural que atuam neste setor anteriores a década de 1970. Por força da Lei 9074/1995, destas cooperativas, 38 foram enquadradas como permissionárias de distribuição de energia elétrica e 12 como autorizadas, restando 14 para enquadramento como permissionárias e 2 autorizadas. O maior desafio para as cooperativas de eletrificação é a construção pelo órgão regulador de uma metodologia da 1ª revisão tarifária que possibilite a prática de uma tarifa justa aos associados dentro de parâmetros e similaridade das concessionárias, considerando o nosso mercado essencialmente rural e rarefeito, permitindo que tenhamos recursos suficientes para cobrir nossos custos e despesas operacionais, dando condições de investir e cumprir com as regulações do setor elétrico e do órgão regulador.

Regulamentação da Cooperativa como Permissionária do Serviço Público de Distribuição de energia elétrica

A Cooperluz no ano de 2012 no que determina o Contrato de Permissão e como permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica deu continuidade as adequações aos regramentos do setor elétrico especialmente ao que determina a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. Para cumprimento das obrigações e de implantação de procedimentos exigidos pelo órgão regulador e da necessidade de prestação de contas nas áreas comercial, de distribuição de energia, contábil e patrimonial, o prazo que recebemos, se comparado a história do setor elétrico brasileiro em absorver e implantar todas as resoluções e despachos vigentes foi exiguo.

Implantação do Controle do Patrimônio na forma da Resolução 367/2009

Com o levantamento de campo concluído no ano anterior, em 2012, reservamos para a adequação dos cadastros e validação das informações e dados dos ativos dos bens de redes, na forma dos atributos da Resolução 367/2009 – Aneel. Em 2012, também realizamos o tombamento dos demais bens não de redes.

3.Investimentos e Melhorias

Em 2012 foi extremamente positivo e possibilitou que investíssemos o montante de 4,483 milhões de reais e representa um evolução de 73,9% em relação ao ano de 2011, quando investimos 2,5 milhões de reais. Os investimentos realizados foram alocados na continuidade de melhorias em nosso sistema de distribuição de energia (redes), na transformação de redes monofásicas em redes trifásicas, na troca de cabos, na instalações de equipamentos como religadores e reguladores de tensão, na regularização de níveis de tensão e na adequação das medições de fronteira-SMF, além de atendermos pedidos de novas ligações no meio rural com custo integral da cooperativa. Também procuramos executar melhorias e adequações na interligação de nossas rebaixadoras, com o reforço e a construção de novos ramais, com a instalações de religadores e chaves automáticas como forma de minimizar os efeitos de interrupções da supridora, em virtude das condições de suas redes rurais. Damos continuidade na renovação do frotas, com a aquisição de dois caminhões equipados com guindastes hidráulicos, e um automóvel e uma motocicleta. Por opção, aumentamos os volumes de estoques de cabos e novos equipamentos religadores, também adquirimos bens para as áreas comercial e administrativa. Implantamos também uma rede de comunicação VPN para os equipamentos religadores instalados nas redes que vai possibilitar o monitoramento e a operação à distância.

Quadro de Investimentos

Investimentos – em R\$	2012	%	2011	%
No Sistema de Distribuição	2.651.991,00	59,15	1.927.062,00	74,75
Em Rebaixadoras - adequações	582.166,00	13,00	0,00	0,00
Em Instalações e demais bens	47.134,00	1,00	131.583,00	5,10
Em Veículos	728.572,00	16,25	444.748,00	17,25
Em Curso - estoques	473.700,00	10,60	74.464,00	2,90
Total	4.483.563,00	100%	2.577.857,65	100%

Fontes de Recursos - em R\$	2012	%	2011	%
Próprios	4.085.807,48	91,13	2.101.656,50	81,53
Empréstimos/Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Associados/participação Financeira	397.755,52	8,87	476.201,15	18,47
Total	4.483.563,00	100%	2.577.857,65	100%



Política de Reinvestimento dos Recursos

A Cooperluz dentro do seu princípio de cooperativa procura alavancar os recursos disponíveis e tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura da cooperativa, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados consumidores de energia. Diante disto, o associado(a) tem tido esta sensibilidade quando define que as sobras de determinado exercício devem ser capitalizadas em fundos da cooperativa, e que certamente vai propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade de busca de recursos de terceiros.

4. Distribuição de Energia – operacional e melhorias

Em 2012, apenas 17 transformadores foram substituídos por queima, o que representa somente 0,51% dos 3.344 transformadores instalados, um resultado do contínuo trabalho de proteção das redes e dos equipamentos;

Manejo de Vegetação: Em função que nossa área de atuação é essencialmente rural, obriga-nos a desenvolver atividades permanentemente de manejo de vegetação existente sob toda a rede de distribuição de energia, a qual tem a supervisão e responsabilidade de profissional especializado, requerendo anualmente o licenciamento junto ao DEFAP/RS nas áreas rurais e licenças das Prefeituras nas áreas urbanas. Em 2012, foi concluído os levantamentos(censo) que mapeou todas as áreas que devem sofrer intervenção, a tipologia das atividades e a extensão, entre outros. Atualmente contamos com duas equipes com estrutura e logística própria, que estão capacitadas e recebem treinamento sobre procedimentos técnicos e legais para a realização destas atividades. Em 2012 na área de abrangência da Cooperluz distribuímos 8.400 mudas de árvores nativas como forma de ações compensatórias do manejo anual e 1.700 mudas de árvores exóticas no programa de cooperativismo nas escolas.

Plantonistas: A Cooperluz possui 8 duplas de eletricitas-plantonistas instalados nas sedes dos principais municípios de nossa área de atuação, permitindo que atendam as solicitações de serviços com mais agilidade e também sendo a referência da cooperativa nos municípios.

Qualidade Técnica dos Serviços Prestados

A Cooperluz dentro dos prazos definido pelo órgão regulador está implantando os indicadores de qualidade e apurou em 2012 os indicadores DEC/FEC geral da empresa:

Indicadores	2012
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Valor apurado.	76,46
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Valor apurado.	29,13

5. Balanço de Energia

Energia Adquirida

Em 2012 adquirimos da nossa supridora 55.443,36 MWh, comparativamente a 2011 tivemos uma evolução na compra de energia de 6,57% e na demanda tivemos um incremento de 5,71%.

Energia Adquirida MWh	2012	%	2011	%	Evolução	%
Supridora	55.443,36	100,00	52.028,90	100,00	3.414,46	6,57
RGE S/A	55.443,36	100,00	52.028,90	100,00	3.414,46	6,57

Energia Distribuída

Em 2012, distribuímos aos nossos associados: 47.582,39 MWh, comparado à 2011 tivemos um crescimento de 6,29%. As perdas de energia ficaram em 14,18%, as quais estão dentro dos parâmetros verificados nos últimos anos, considerando a tipificação de nosso sistema (mercado rural) de grandes extensões de redes e baixa densidade de unidades consumidoras por Km de redes.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

MWh Faturado	2.012	%	2.011	%	Evolução	%
CLASSES DE CONSUMO	47.582,39	100,00	44.764,98	100,00		6,29
RESIDENCIAL	3.025,15	6,36	2.613,08	5,84	412,07	15,77
INDUSTRIAL	1.005,21	2,11	975,21	2,18	30,00	3,08
COMERCIAL	2.229,65	4,69	2.042,32	4,56	187,33	9,17
RURAL	38.707,86	81,35	36.731,36	82,05	1.976,50	5,38
OUTRAS	2.614,52	5,49	2.403,01	5,37	211,51	8,80

O Crescimento em Mwh de 6,29% verificado em 2012 da energia distribuída, consideramos de extrema importância e vem se mantendo nestes parâmetros nos últimos anos. A classe rural sendo a mais representativa e que corresponde a 81,35% da energia distribuída e 71,3% do nosso faturamento, teve um crescimento de 5,38%, sinalizando que o associado está utilizando a energia na atividade econômica, na melhoria da qualidade de vida e incorporando novos hábitos de consumo.

A classe residencial em 2012 assim como em anos anteriores teve um crescimento significativo de 15,77% e representa 10,13% de nosso faturamento, as demais classes cresceram 7,92% e representam 18,56% de nosso faturamento. Mesmo que tenhamos o mercado essencialmente rural e com área delimitada, a classe residencial apesar de ainda ser pequena, tem tido uma evolução percentual acima das demais, reflexo do surgimento de empreendimentos/loteamentos residenciais em nossa área de atuação.

O crescimento de nosso mercado em MWh de 6,29%, tem nos dado condições de suportar o aumento de nossos custos e despesas ocasionados pela evolução dos preços nos materiais, serviços de terceiros, mão de obra e insumos, e também diante das novas exigências decorrentes do ambiente regulado.

6. Desempenho Operacional

Participação Classes de Consumo na Receita: A receita com a comercialização da energia medida pelas classes de consumo (inclusive impostos, contribuições e encargos setoriais) teve um incremento de 10,93% em comparação a 2011, sendo reflexo do crescimento da energia distribuída e novos cooperados e também pelo reajuste tarifário na ordem de 2,44%.

FATURAMENTO BRUTO R\$	2012	%	2011	%	Evolução	%
CLASSES DE CONSUMO	16.979.021,49	100,00	15.305.822,44	100,00	1.673.199,05	10,93
RESIDENCIAL	1.719.458,92	10,13	1.370.285,35	8,95	349.173,57	25,48
INDUSTRIAL	473.238,87	2,79	508.585,95	3,32	-35.347,08	-6,95
COMERCIAL	1.406.615,80	8,28	1.206.562,12	7,88	200.053,68	16,58
RURAL	12.107.689,74	71,31	11.098.947,58	72,51	1.008.742,16	9,09
OUTRAS	1.272.018,16	7,49	1.121.441,44	7,33	150.576,72	13,43

Reajuste Tarifário Anual

Em julho/2012 pela metodologia do Reajuste Tarifário Anual as tarifas de fornecimento de energia foram reajustadas em 2,44% - Resolução Aneel nº 1309/2012. A inflação – INPC do mesmo período foi de 4,86%. Nos dois últimos anos a tarifa rural teve um aumento de 7,47% enquanto que a inflação ficou em 11,62%, demonstrando que as tarifas de energia, em especial a rural tem sido reajustada abaixo dos índices de inflação.

Unidades Consumidoras

Em 2012, tivemos um incremento de 236 novas unidades consumidoras o que representa 0,74%, que consideramos satisfatório, destacando-se o crescimento da classe residencial. Um fato positivo, nos últimos anos, as unidades consumidoras da classe rural tem mantido sensível crescimento.

Unidades Consumidoras	2012	%	2011	%	Evolução	%
CLASSES DE CONSUMO	13.837	100,00	13.601	100,00	236	1,74
RESIDENCIAL	1.952	14,11	1.826	13,43	126	6,90
INDUSTRIAL	30	0,22	29	0,21	1	3,45
COMERCIAL	537	3,88	510	3,75	27	5,29
RURAL	11.035	79,75	10.954	80,54	81	0,74
OUTRAS	283	2,05	282	2,07	1	0,35



Serviços próprio de leitura dos medidores

Os Serviços de leitura são realizados com estrutura da própria cooperativa e em 2012 realizamos 162.660 leituras em 99 rotas dos 13.837 associados. Com estes serviços temos minimizado os efeitos de medidores parados, avariados e até casos de fraudes e desvios de energia.

Atendimento ao Associado

Atendimento Telefônico

A Cooperluz disponibiliza aos seus associados atendimento telefônico gratuito 24 horas pelo nr. 0800 517492, em 2012 atendemos 25.674 ligações.

Postos de Atendimento Presenciais

A Cooperluz disponibiliza aos seus associados dois postos de atendimento presencial para encaminhamentos de pleitos na sede administrativa em Santa Rosa que atende de segunda a sexta feira em horário comercial e na sede do município de Senador Salgado Filho que atende nas quartas feiras, junto ao Posto de Arrecadação.

Postos de Arrecadação

Mantivemos o convênio com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, permitindo que tenhamos 9(nove) postos de arrecadação, além de ser uma referência da cooperativa no município, possibilita que o associado tenha sua fatura disponível no seu município e possa efetuar o pagamento. Também, mantivemos convênio com as principais instituições financeiras.

7. Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2012 as sobras líquidas foram de R\$3,00 milhões, enquanto que em 2011 foi de R\$ 3,2 milhões uma redução de 7,37%. A receita operacional líquida, excluída as receitas de construção em 2012 atingiu R\$ 13,6 milhões, enquanto em 2011 situou-se em R\$13,0 milhões. Esse aumento de 5,26% é resultado da evolução nas vendas para consumidores finais em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2012 foi de 2,44%. Este índice de 5,26%, ficou abaixo da evolução do faturamento, em função que em 2011 foi provisionado pela primeira vez a receita não faturada que elevou as receitas operacionais líquidas daquele ano em R\$707 mil (5,43%), o que acabou não captando comparativamente esta evolução.

As despesas operacionais compostas de custo do serviço, custo de operação e outras despesas operacionais excluídas os custos com construção da infraestrutura da permissão totalizaram em 2012 R\$ 11,03 milhões, em 2011 atingiram 10,1 milhões, um incremento de 9,21%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 10,44% contra 12,15% em 2011.

Demonstração do EBTIDA

O demonstrativo **EBTIDA** é uma informação calculada a partir das Sobras/Lucro operacional, acrescido da depreciação/amortização em função que estas despesas não afetam a geração de caixa. Para fins de análises no EBITDA as receitas de construção e custos de construção da infraestrutura da permissão de valores idênticos e que não afetam o resultado não foram consideradas nos grupos de receitas operacionais e despesas operacionais.

A geração operacional de caixa medido pelo EBTIDA em 2012 foi de 4,16 milhões de reais uma redução de 9,24% em relação a 2011 conforme evolução abaixo:

Demonstração do EBITDA ou LAJIDA	2012	2011	Δ%
(+) Receita Operacional Líquida	13.689,45	13.005,86	5,26
(-) Custos e Despesas Operacionais	11.236,07	10.170,47	10,48
(=) Lucro Operacional	2.453,38	2.835,39	-13,47
(+) Depreciações e amortizações	1.709,97	1.751,81	-2,39
(=) EBITDA e ou LAJIDA	4.163,35	4.587,20	-9,24
(%) Margem EBITDA e ou LAJIDA	30,41	35,27	-13,77



DVA – Demonstrativo do Valor Adicionado

O quadro abaixo demonstra a distribuição da riqueza gerada pela Cooperluz a partir do DVA (Demonstrativo de Valor Adicionado) em 2012, a qual totalizou 12,4 milhões de reais representando 67,68% da receita bruta e foram partilhados com pessoal, governo, financiadores e associados. As receitas de construção e custos de construção da infraestrutura da permissão de valores idênticos e que não afetam o resultado não foram consideradas nos grupos de receitas operacionais e (-) insumos-despesas operacionais.

Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas	2012		2011	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
EMPREGADOS	4.227,71	34,07	3.598,10	31,64
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	4.840,69	39,02	4.217,11	37,08
FINANCIADORES	335,63	2,71	319,11	2,81
ASSOCIADOS	3.003,09	24,20	3.239,32	28,48
(=) VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO (TOTAL)	12.407,12	100	11.373,63	100

8. Capacitação e Treinamento

Área Técnica e Operacional

Damos continuidade na capacitação de nossos colaboradores que trabalham na área técnica e operacional, com a participação em 11 (onze) cursos, com 60 inscrições, totalizando 489 horas de treinamento em:

i) Curso de formação de eletricista de redes aérea de distribuição – Nível III e IV; ii) Eletricidade Básica; iii) Operador de Guindaste; iv) Ligação UC Baixa Tensão; v) Projetista de rede – nível básico; vi) CIPA – Treinamento; vii) NR10 – básica; viii) NR RT 14; ix) NR 35 – trabalho em altura; x) Direção defensiva para motociclistas;

Área Comercial e Administrativa

Na parte administrativa com as mudanças de procedimentos da regulamentação, propiciamos para as áreas comercial, de atendimento, faturamento e contabilidade, treinamento e capacitação, com 2 (dois) cursos, 11 (onze) inscrições, totalizando 51 horas de treinamento.

9. Ações de Segurança e Valorização do Colaborador

Semana Interna de Prevenção de Acidentes

Na XXI SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, foram ministradas palestras envolvendo 96 participantes, totalizando 12 horas de capacitação e trabalhos de conscientização: i) Relações Interpessoal e Clientes; ii) Primeiros Socorros em acidentes de trânsito; iii) Tabagismo, alcoolismo e DST – doenças sexualmente transmissíveis; iv) Realização de exames clínicos para todos os colaboradores (sangue); v) Mamografia e pré-câncer;

Resultado das Ações de Segurança

- A Cooperluz, como cooperativa permissionária de distribuição de energia elétrica, tem uma grande preocupação com a segurança e as condições de trabalho oferecidas aos seus colaboradores. Além da estrutura e logística que vem sendo renovada e atualizada, tem investido em treinamento, capacitação e principalmente na conscientização das pessoas envolvidas nos processos em áreas de risco. Os índices de acidentes de trabalho dos últimos dois anos demonstram que as ações desenvolvidas tem dado resultado, devendo ser constante e de caráter permanente:

Área	Número de Acidentes			
	2012		2011	
	Com afastamento	Sem Afastamento	Com afastamento	Sem Afastamento
Operacional	0	0	0	0
Comercial	1	0	0	0
Administrativa	0	0	0	0
Total Ano:	1	0	0	0
Índice TF (Taxa Frequência)	3,64		0	
Índice TG (Taxa Gravidade)	218,38		0	



10. Estrutura de Tomada de Decisões e Canais de Comunicação

A Cooperluz dentro da sua estrutura de tomada de decisões possui instâncias de decisão e de compartilhamento das informações, os quais são canais de comunicação com seus associados, associadas e colaboradores na busca da participação na gestão, entre as quais destacamos:

Assembléia Geral Ordinária

Realizamos na data de 30/03/2012 a Assembléia Geral Ordinária com a participação de 271 associados, associadas e convidados, onde foi deliberado na forma da Lei 5764/71 a prestação de contas do exercício de 2011, o relatório da administração de 2011, parecer do conselho fiscal e relatório de opinião de auditoria, o plano de atividades para 2012, e a realização da eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período de 2012;

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 14 membros efetivos, sendo a Diretoria Executiva(3) e mais 11 membros e seus suplentes, representando os municípios da área de atuação da cooperativa. O Conselho de Administração reúne-se uma vez a cada mês e seus membros participam também das duas reuniões semestrais com os representantes dos núcleos e nas reuniões dos núcleos nos municípios;

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto de 3 membros titulares e seus suplentes, o qual se reúnem duas vezes ao mês e seus membros também participam das reuniões com os representantes dos núcleos e das reuniões do núcleo em suas comunidades. Ainda, o Conselho Fiscal tem contratado um assessor que auxilia e orienta os trabalhos de acompanhamento e verificação.

Audidores Independentes

A Cooperluz tem contratado os serviços de auditoria independente com a empresa Dickel & Maffi – Auditoria e Consultoria, os quais são responsáveis por realizar testes e exames em conformidade as normas de auditoria e ao final do exercício emitir opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

Representantes dos Núcleos

Em junho/2012 e dezembro/2012, reuniram-se na forma do Estatuto Social os Representantes (coordenador e secretário) dos 26 (vinte e seis) Núcleos constituídos da Cooperluz, mais a Diretoria Executiva, os Conselheiros (titulares e suplentes) Administrativos e Fiscais, para tomar conhecimento e analisar os resultados econômicos e financeiros, a evolução de alguns indicadores, os investimentos realizados no sistema de distribuição(redes), os trabalhos e demandas da cooperativa nas áreas de distribuição, comercial e administrativa.

Reuniões nos núcleos

Em 2012 realizamos 26 (vinte e seis) reuniões nas localidades (interior) onde estão constituídos os núcleos da Cooperluz, com a participação da Presidência, dos Conselheiros Administrativos e Fiscais do município, dos representantes dos núcleos, associados e associadas. Nestas reuniões que antecede a Assembléia Geral de cada ano, é apresentado o Balanço Patrimonial, a análise da evolução econômica e financeira da Cooperluz, os investimentos realizados e as principais atividades desenvolvidas nas áreas comerciais, de distribuição de energia e programas cooperativismo nas escolas. As reuniões nos núcleos proporcionam um canal direto do associado com a cooperativa e a Direção, oportunizando aos associados a participação efetiva, podendo opinar, trazendo seus anseios, suas expectativas e também avaliando a evolução da cooperativa e seus resultados.

Diretoria Executiva e Coordenação Técnica – Comercial – Contábil

A Diretoria Executiva reúne-se em conjunto com os Coordenadores das áreas Técnica, engenharia, comercial, contábil/financeira sendo um espaço para a socialização das informações, análises de metas, objetivos, organização de trabalhos e mesmo procedimentos.

11. Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão importante, mesmo atuando em ambiente regulado como permissionária do serviço público de distribuição de energia, define o posicionamento da cooperativa em suas interações com os associados, colaboradores, fornecedores, mercado, órgãos públicos e outros, trazendo os princípios norteadores destas interações:



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Visão: “Ser referência regional em distribuição de energia elétrica e cooperativismo.”

Missão: “Distribuir energia elétrica com qualidade para o bem estar dos associados, colaboradores e comunidade.”

Princípios e Valores: Ética, Valorização do associado e colaborador, Participação, Meio ambiente e Desenvolvimento regional.

12. Educação e Comunicação

Informativo Cooperluz

Em 2012 elaboramos o “Informativo Cooperluz”, com tiragem de 8 mil exemplares que distribuímos e circulamos a todos os associados e associadas da Cooperluz. As matérias publicadas levam as ações e trabalhos que estão sendo implementados pela cooperativa nas áreas da Administração, Comercial, de distribuição de energia, ainda são veiculadas matérias sobre segurança e cuidados com eletricidade, educação ambiental, novas tecnologias com ênfase em produção orgânica.

Programa de Cooperativismo nas Escolas

Em 2012, o PCE-Programa de Cooperativismo nas Escolas, realizado em parceria com Prefeituras, Cooperativas, Sindicatos Urbanos e Rurais, abordou os temas de cooperativismo, sindicalismo e educação ambiental, envolvendo colégios, professores e alunos das 7ª e 8ª séries;

Incentivo a Projetos do Pró-Cultura – RS

A Cooperluz em 2012, na forma da Lei Pró-Cultura/RS – Apoio e Fomento as Atividades Culturais (Lei 13490/2010) destinou parte dos recursos do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) para patrocinar eventos culturais na região:

- 1º Centenário da Imigração Alemão de Campina das Missões/RS – R\$:7.000,00;
- Suecos -120 Anos de Contribuição Étnico – Cultural de Porto Lucena/RS – R\$19.000,00;
- 6ª Novemberfest de Santo Cristo/RS – R\$10.000,00;
- 11ª Polfest Internacional de Guarani das missões/RS – R\$12.000,00;
- 103 Anos de Imigração Russa em Campina das Missões – R\$:10.000,00.

Finalizando, queremos expressar nossa gratidão aos membros da Diretoria Executiva, aos Conselheiros Administrativos e fiscal, lideranças de núcleos que contribuíram sempre muito próximo nas decisões tomadas e ao quadro funcional pela dedicação e empenho no dia á dia. Agradecemos em especial a todo o quadro social que é a essencia e a finalidade da Cooperluz, muito obrigado.

Santa Rosa/RS, 05 de fevereiro de 2013.

Conselho de Administração
Cooperluz – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo		2012		2011	
Receita Líquida (RL) R\$ mil		17.134,72		15.702,60	
Resultado Operacional (RO) R\$ mil		3.273,53		3.456,47	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) - R\$ mil		4.643,86		3.929,99	
2. Indicadores Sociais Internos		2012		2011	
			% S/FPB	%S/RL	
Alimentação - R\$ mil		159,04	3,42	0,93	123,65
Encargos Sociais Compulsórios - R\$ mil		1.285,14	27,67	7,50	1.103,55
Previdência Privada- R\$ mil		0,00	0,00	0,00	0,00
Medicina e Segurança- R\$ mil		94,79	2,04	0,55	74,77
Saúde- R\$ mil		17,75	0,38	0,10	10,47
Educação - R\$ mil		10,33	0,22	0,06	2,22
Capacitação Profissional - R\$ mil		49,82	1,07	0,29	63,31
Outros - R\$ mil		42,59	0,92	0,25	35,27
Total Indicadores Sociais Internos		1.659,46	35,73	9,68	1.413,24
				% S/FPB	%S/RL
				3,15	0,79
				28,08	7,03
				0,00	0,00
				1,90	0,48
				0,27	0,07
				0,06	0,01
				1,61	0,40
				0,90	0,22
				35,96	9,00
3. Indicadores Sociais Externos		2012		2011	
			% S/FPB	%S/RL	
Educação		0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde e Saneamento		0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00
Esporte		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros - convênios		0,00	0,00	0,00	53,40
Tributos e Taxas (excluídos Encargos Sociais) - R\$ mil		3.798,76	81,80	22,17	3.340,50
Total Indicadores Sociais Externos - R\$ mil		3.798,76	81,80	22,17	3.393,90
				% S/FPB	%S/RL
				0,00	0,00
				0,00	0,00
				0,00	0,00
				1,36	0,34
				85,00	21,27
				86,36	21,61
4. Indicadores Ambientais		2012		2011	
			% S/FPB	%S/RL	
Investimentos relacionados com a produção e operação da empresa		6,06	0,13	0,04	3,00
Investimentos em programas e/ou projetos		0,00	0,00	0,00	0,00
5. Indicadores do Corpo Funcional		2012		2011	
Nº de Funcionários no Final do Período		118	114		
Nº de admissões durante o período		24	6		
Nº de empregados Terceirizados		4	4		
Nº de Estagiários		2	2		
Nº Empregados em Programas de Aprendizizes		5	5		
Escolaridade dos Empregados:					
Pós Graduação		2	2		
Superior		8	8		
Ensino Médio		56	54		
Fundamental		52	50		
Faixa Etária dos Empregados:					
Abaixo de 30 anos		37	35		
De 31 a 40 anos		38	36		
De 41 a 50 anos		29	27		
Acima de 50 anos		14	16		
Mulheres que trabalham na empresa		12	13		
Negros que trabalham na empresa		7	8		
Funcionários Com Deficiência		1	1		
Ações Trabalhistas movidas contra empresa		3	4		
6. Informações Relevantes-Cidadania Empresarial		2012		2011	
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa		8,62		7,44	
Número Total de Acidentes de trabalho		1		0	
A previdência Privada contempla		não possui		não possui	
Participação nas sobras ou resultado		não possui		não possui	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:		Todos + CIPA		Todos + CIPA	
Quanto à liderança sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos trabalhadores a empresa:		Segue as normas da legislação		Segue as normas da legislação	
Quanto à participação de empregados em trabalhos voluntários, a empresa		Apoia		Apoia	
Na seleção de fornecedores os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados na empresa		são sugeridos		são sugeridos	
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		Nº	%	Nº	%
		Reclamações	Solucionadas	Reclamações	Solucionadas
Na empresa		4.447	100	2.606	100
No PROCON		2	100	1	100
Na Justiça		6	0	5	0
Distribuição do Valor Adicionado		12.407,12		11.373,64	
Pessoal		34,07		31,64	
Governo		39,02		37,08	
Financiadores		2,71		2,81	
Associados		24,20		28,47	
7. Outras Informações					

Para esclarecimento das informações: 55 3511-9500. Informações não examinadas pelos auditores independentes.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2012



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2012

ATIVO	Nota:	Em R\$:	
		2012	2011
CIRCULANTE		9.640.653,52	9.522.408,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5.995.294,13	6.508.164,63
Associados, Consumidores, Permissionárias	6	2.915.719,80	2.474.852,58
(-) Provisão P/Créditos Liquidação Duvidosa	7	(7.998,23)	(9.697,94)
Tributos e Contribuições Sociais - Compensáveis	8	217.110,73	175.624,21
Devedores Diversos	9	127.985,75	97.850,43
Estoque	10	315.807,60	261.914,44
Outros	11	76.733,74	13.700,18
NÃO CIRCULANTE		21.557.406,50	19.366.531,46
REALIZAVEL LONGO PRAZO		818.438,13	583.842,01
Tributos e Contribuições Sociais - Compensáveis	8	344.586,36	223.821,56
Depósitos Vinculados a Litígios	23	376.237,40	356.435,53
Bens e Direitos destinados a Alienação		3.584,95	3.584,92
Ativo Financeiro Indenizável	12	94.029,42	-
INVESTIMENTOS		417.127,25	375.489,17
Outros Investimentos	13	417.127,25	375.489,17
IMOBILIZADO		2.153.429,61	1.115.129,74
Em curso	14	2.153.429,61	1.115.129,74
INTANGÍVEL	15c	18.168.411,51	17.292.070,54
Direitos de Permissão- Infraestrutura em Serviço	15a	18.002.913,94	17.237.896,12
Outros - Em Serviço	15b	51.843,55	54.174,42
Direitos de Permissão - Em Curso	15c	113.654,02	-
TOTAL DO ATIVO		31.198.060,02	28.888.939,99
		2012	2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota:	1.523.940,59	1.291.625,53
Fornecedores	16	268.379,24	246.318,08
Folha Pagamento, retenções, Consignações	17	73.075,52	26.932,19
Tributos e Contribuições Sociais	18	226.670,19	226.005,59
Empréstimos e Financiamentos	19	59.188,68	60.665,02
Obrigações Estimadas	20	550.122,26	455.291,70
Taxas Regulamentares	21	324.139,81	258.030,27
Outros Credores	22	22.364,89	18.382,68
NÃO CIRCULANTE		924.261,25	925.580,67
Empréstimos e Financiamentos	19	285.949,77	343.662,12
Provisões de contingências	23	275.453,45	231.478,76
Tributos e contribuições Sociais	23	362.858,03	350.439,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.749.858,18	26.671.733,79
Capital Social	25a	3.138.954,51	3.134.600,51
Reservas de Sobras	25b/d	22.576.922,48	19.934.229,34
Reserva de Reavaliação		2.233.151,87	2.673.580,48
Saldo a Disposição Assembleia	25e	800.829,32	929.323,46
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.198.060,02	28.888.939,99

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E OU PERDAS

Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2012

	Nota:	2.012	2.011
Ingressos/Receita Operacional:	26	20.564.721,02	18.741.964,59
Fornecimento de Energia Elétrica		17.070.185,49	16.013.400,44
Disponibilização do Sistema de Distribuição		25.724,42	24.947,06
Outras Receitas Operacionais		23.547,83	6.877,46
Outras Receitas de Construção		3.445.263,28	2.696.739,63
Deduções dos Ingressos/Receita Operacional	26	(3.430.004,70)	(3.039.355,41)
ICMS		(1.747.315,68)	(1.544.337,49)
PIS Faturamento		(32.720,03)	(44.215,56)
COFINS		(151.015,55)	(204.071,94)
Quota para RGR		(320.004,10)	(320.557,48)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(68.579,27)	(54.169,21)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		(504.039,66)	(340.283,70)
CCC - Conta de Consumo de Combustível		(496.484,70)	(440.618,64)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(68.653,57)	(54.169,21)
Ressarcimento ICMS aos Estados Ex-Isolados		(41.192,14)	(36.932,18)
Ingressos/Receita Operacional Líquida:		17.134.716,32	15.702.609,18
Dispêndio/Custo do Serviço de Energia Elétrica		(12.883.862,08)	(11.387.793,50)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	27	(2.350.571,98)	(2.174.148,20)
Dispêndios/Custo de Operação	28	(10.533.290,10)	(9.213.645,30)
Pessoal		(3.797.211,02)	(3.247.752,21)
Material		(716.779,16)	(646.553,05)
Serviço de Terceiros		(713.868,73)	(574.790,32)
Depreciação e Amortização		(1.639.960,16)	(1.680.595,43)
Provisões		(37.000,00)	-
Outras		(380.191,96)	(361.420,87)
Outros Dispêndios C/Construção		(3.445.263,28)	(2.696.739,63)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais		393.006,62	193.346,22
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(196.022,41)	(199.140,01)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros		-	(538,95)
Sobra Operacional Bruta		4.250.854,24	4.314.276,73
Dispêndios/Despesas Operacionais	28	(1.600.488,76)	(1.484.674,91)
Dispêndios/Despesas com Vendas		1.699,71	1.611,88
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativas		(1.602.188,47)	(1.341.749,25)
Outros Dispêndios Não Vinculadas a Permissão (RATES)		-	(144.537,54)
Resultado do Serviço:		2.650.365,48	2.829.601,82
Ingressos/Receita (Dispêndios/despesas) financeira		623.166,68	626.874,70
Renda de Aplicações Financeiras		502.704,05	500.924,46
Varição Monetária - Acrésc.Moratório-Energia Vendida		134.653,15	122.242,65
Resultado Participações Societárias		44.346,49	47.973,12
Encargos de Dívidas		(22.601,62)	(26.153,99)
Outros Ingressos/Dispêndios Financeiros		(35.935,39)	(18.111,54)
Sobras Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda		3.273.532,16	3.456.476,52
Contribuição Social		(77.939,55)	(63.835,14)
Imposto de Renda		(192.498,76)	(153.319,85)
Sobras Líquidas do Exercício		3.003.093,85	3.239.321,53

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2012

	31/12/2012		31/12/2011	
INGRESSOS/RECEITAS	18.330.332,84		16.771.561,93	
Receita de Operações c/Energia Elétrica	17.095.909,91		16.038.347,50	
(-) Provisão Créditos Liq. Duvidosa	1.699,71		1.611,88	
Outros Ingressos e Receitas	23.547,83		6.877,46	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	196.984,21		-5.793,79	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.012.191,18		730.518,88	
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.897.510,54		4.317.241,77	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.350.571,98		2.174.148,20	
Materiais, Serviços de Terceiros, Outros Dispêndios operacionais	2.611.616,54		2.217.805,57	
(-) Mão Obra Própria alocada em serviços próprios	(64.677,98)		(74.712,00)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	13.432.822,30		12.454.320,16	
(-) Depreciação, Amortização	1.709.975,43		1.751.813,56	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA	11.722.846,87		10.702.506,60	
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA				
Ingressos e Receitas Financeiras	684.276,58		671.140,23	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	12.407.123,45	100%	11.373.646,83	100%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.407.123,45	100%	11.373.646,83	100%
PESSOAL E ENCARGOS:	4.227.706,41	34,07%	3.598.103,74	31,64%
Remunerações e honorários	3.665.574,26	29,54%	3.094.906,19	27,21%
Encargos Sociais (exceto INSS)	322.463,69	2,60%	299.439,67	2,63%
Benefícios (vale transporte, alimentação, outros)	239.668,46	1,93%	203.757,88	1,79%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	4.840.693,29	39,02%	4.217.108,53	37,08%
Federais	3.059.970,95	24,66%	2.639.015,96	23,20%
INSS (sobre a folha de pagamento)	1.021.462,66	8,23%	856.792,14	7,53%
PIS Faturamento, PIS Folha e COFINS	216.963,04	1,75%	276.204,06	2,43%
IRPJ/CSLL	270.438,31	2,18%	217.154,99	1,91%
IOF - Imposto Operações Financeiras	0,00	0,00%	16,38	0,00%
Encargos Setoriais Energia Elétrica	1.498.953,44	12,08%	1.246.730,42	10,96%
Taxa Fiscalização Aneel	52.153,50	0,42%	42.117,97	0,37%
Estaduais	1.776.656,18	14,32%	1.574.474,55	13,84%
IPVA	29.340,50	0,24%	30.137,06	0,26%
ICMS	1.747.315,68	14,08%	1.544.337,49	13,58%
Municipais	4.066,16	0,03%	3.618,02	0,03%
IPTU	4.066,16	0,03%	3.618,02	0,03%
FINANCIADORES	335.629,90	2,71%	319.113,03	2,81%
Dispêndios e Despesas Financeiras	61.109,90	0,49%	44.265,53	0,39%
Aluguéis e Arrendamentos	274.520,00	2,21%	274.847,50	2,42%
SOBRA LÍQUIDA EXERCÍCIO	3.003.093,85	24,20%	3.239.321,53	28,48%



Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2012

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2012	2011
Sobras Líquidas do Exercício	3.003.093,85	3.239.321,53
Ajustes as Sobras e ou Lucro Líquido	1.800.981,75	1.801.346,49
Amortização/Depreciação	1.709.975,43	1.751.813,56
Varição Monet. Ativa Depósitos Judiciais	(273,13)	(106,24)
Provisão de Contingência e Varição Monet. Passiva	43.974,69	9.356,95
Resultado Participação Soc Cooperativa capitalizada	(41.638,08)	(44.463,95)
Baixa por Ajuste de Investimento	-	-
Resultado Desativações e Baixa Imobilizado	88.942,84	84.746,17
Ajustes Variações das Contas de Ativo Operacional	(758.990,82)	(945.586,16)
Ajustes Variações das Contas de Passivo Operacional	108.574,94	201.831,99
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	4.153.659,72	4.296.913,85
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimento da Venda do Imobilizado	92.054,17	114.393,84
Pagamento pela Compra de Bem para Imobilizado	(4.172.181,76)	(2.372.369,79)
Participação Financeira - Cooperados/consumidores	397.755,52	476.201,15
Caixa Líquido nas Atividades de Investimentos	(3.682.372,07)	(1.781.774,80)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Amortização de Empréstimos	(59.188,69)	(57.709,58)
Aumento de Capital pelos Sócios	4.354,00	6.231,67
Distribuição Sobras	(929.323,46)	(468.358,56)
Caixa Líquido nas Atividades de Financiamentos	(984.158,15)	(519.836,47)
Aumento/diminuição Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	(512.870,50)	1.995.302,58
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	6.508.164,63	4.512.862,05
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período	5.995.294,13	6.508.164,63
Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(512.870,50)	1.995.302,58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E SOBRES E OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O

Descrição das Contas	31/12/2012			31/12/2011
	TOTAL	ASSOCIADOS	TERCEIROS	TOTAL
RECURSOS				
SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO:	3.003.093,85	2.762.888,72	240.205,13	3.239.321,53
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:				
Reversão do Fates - cfe. NBC T 10.8	0,00	0,00	0,00	144.537,54
Reversão Realização da Reserva Reavaliação	440.428,61	440.428,61	0,00	465.050,14
RESULTADO DO EXERCÍCIO ABRANGENTE:	3.443.522,46	3.203.317,33	240.205,13	3.848.909,21
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.642.693,14	2.402.488,01	240.205,13	2.919.585,75
Fates Resultado Operações c/3º-Art.87- Lei 5764/71	240.205,13	0,00	240.205,13	131.615,30
Fundo de Reserva Legal - 10%	320.331,74	320.331,74	0,00	371.729,40
Fates - 5%	160.165,87	160.165,87	0,00	185.864,70
Fundo de Expansão e Manutenção - 60%	1.921.990,40	1.921.990,40	0,00	2.230.376,35
SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA	800.829,32	800.829,32	0,00	929.323,46



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2012

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RATES	RESERVA EXPANSÃO E	RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	SOBRAS OU PERDAS A.G.O	TOTAL
Saldos em 31/12/2010	3.128.368,84	5.236.046,21	1.417.426,36	5.066.075,95	5.439.632,61	3.138.630,62	468.358,56	23.894.539,15
DELIBERAÇÕES DA AGO-30/03/2011								
Distribuição de Sobras cfe. AGO							(468.358,56)	(468.358,56)
EVENTOS DO EXERCICIO								
Integralização	6.231,67							6.231,67
Transferência de Subscrição entre sócios	(44.456,10)							(44.456,10)
Transferência de Subscrição entre sócios	44.456,10							44.456,10
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCICIO:							3.239.321,53	3.239.321,53
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:								
FATES aplicado			(144.537,54)				144.537,54	-
Realização Reserva Reavaliação						(341.125,13)	341.125,13	-
Baixa Bens Reavaliados						(123.925,01)	123.925,01	-
DESTINAÇÕES:								
FATES-Lucro Terceiros			131.615,30				(131.615,30)	-
FATES-5%			185.864,70				(185.864,70)	-
Reserva Legal - 10%		371.729,40					(371.729,40)	-
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				2.230.376,35			(2.230.376,35)	-
Saldos em 31/12/2011	3.134.600,51	5.607.775,61	1.590.368,82	7.296.452,30	5.439.632,61	2.673.580,48	929.323,46	26.671.733,79
DELIBERAÇÕES DA AGO-30/03/2012								
Distribuição de Sobras cfe. AGO							(929.323,46)	(929.323,46)
EVENTOS DO EXERCICIO								
Integralização	4.354,00							4.354,00
Transferência de Subscrição entre sócios	49.207,70							49.207,70
Transferência de Subscrição entre sócios	(49.207,70)							(49.207,70)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCICIO:							3.003.093,85	3.003.093,85
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:								
FATES aplicado								-
Realização Reserva Reavaliação						(299.118,97)	299.118,97	-
Baixa Bens Reavaliados						(141.309,64)	141.309,64	-
DESTINAÇÕES:								
FATES-Lucro Terceiros			240.205,13				(240.205,13)	-
FATES-5%			160.165,87				(160.165,87)	-
Reserva Legal - 10%		320.331,74					(320.331,74)	-
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				1.921.990,40			(1.921.990,40)	-
Saldos em 31/12/2012	3.138.954,51	5.928.107,35	1.990.739,82	9.218.442,70	5.439.632,61	2.233.151,87	800.829,32	28.749.858,18



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2012

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Contexto Operacional

A COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Santa Rosa/RS, fundada em 05/12/1970, regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus 15.051 associados. A Cooperativa atua no ramo de infraestrutura e tem como objetivo social principal, adquirir energia elétrica e distribuir aos seus associados em 15 municípios, conforme definido em seu estatuto social. A atividade de distribuição de energia elétrica sob a forma de permissão consiste nas atividades de aquisição da energia, a distribuição, a comercialização, a manutenção de redes e equipamentos e a administração. Complementando estas atividades, a cooperativa possui uma estrutura de apoio operacional composta de oficina de reparo de transformadores e medidores, oficina mecânica e fábrica de postes, além de construir as próprias redes de energia elétrica.

Nota 02 – Contratos de Concessão

O contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 032/2010, firmado no dia 31 de maio de 2010 entre a Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste e a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, tem prazo de permissão de 30 (trinta) anos, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Nota 03 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

(i) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo conselho de administração em 05 de fevereiro de 2013 e pelo conselho fiscal no dia 08 de fevereiro de 2013.

(ii) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata das sociedades cooperativas, além de atender a legislação do setor elétrico e orientações contidas no MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(iii) A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Nota 04 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos á curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações á curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores á 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos á curto prazo.

(c) Associados, Consumidores, Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e estimativa da energia fornecida e não faturada até 31/12/2012 com base no regime de competência, registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos Cooperados.



(d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

(e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(f) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidas das atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(g) Intangível

Os ativos intangíveis correspondentes aos direitos de permissão são originados dos investimentos na infraestrutura (ICPC 01 – Contratos de Concessão) e corresponde ao direito que a permissionária possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura no prazo de exploração contratualmente definido. (vide nota: 04-“i”). Estes ativos de infraestrutura, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa anuência da Aneel, a qual define que a desvinculação destes bens quando considerados inservíveis a permissão é concedido anuência prévia de alienação, desde que o objeto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão. A permissionária utiliza-se das taxas de amortização definidas pela Aneel, para determinar a vida útil econômica e estimada de cada bem, sendo reconhecida de forma linear dentro do prazo de permissão.

Os demais ativos intangíveis (softwares) são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, com taxas também definidas pela Aneel e reconhecidas de forma linear.

(h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Impairment

Na forma da NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, caso a entidade possua ativos avaliados por valores não recuperáveis ao longo de sua vida útil, deve reconhecer a desvalorização, mediante constituição para perdas.

Considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização/depreciação e ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Cooperluz é de que não há evidências de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e ou bens recebidos da União, Estados e Municípios e de consumidores/associados, relativos a participações de sua responsabilidade em investimentos realizados no sistema elétrico da permissionária na forma da legislação e regramentos do setor elétrico, conforme previsto na IC – Instrução Contábil 6.3.23 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(j) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(k) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(l) Empréstimos e Financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais até a data de balanço.



(m) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(n) Receitas e Despesas

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(o) Receita não Faturada

Corresponde á receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao associado/consumidor decorrente das diferentes datas de leitura. O Cálculo é efetuado com base em estimativa de consumo (kWh médio) entre a data da última leitura efetuada e o último dia do mês.

(p) Operações com Associados e Não Associados

As operações com não associados estão contabilizadas destacadamente de modo a permitir o cálculo e incidência de tributos. Os rendimentos de aplicações financeiras estão contabilizados e demonstrados como operações com ato cooperativo e o resultado destas aplicações são adicionadas ao LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real) e oferecidas á tributação.

(r) RATES – Reserva Assistência Técnica Educacional e Social

Os dispêndios com Assistência Técnica, Educacional e Social caso realizados, são lançados como dispêndios do exercício, quando do encerramento do exercício é efetuada a reversão destes valores diretamente na conta de Sobras e ou Perdas conforme determina a Lei 5764/1971, a NBC T 10.8 – das sociedades cooperativas e o Estatuto Social em seu Artigo 50, inciso II.

(s) Realização da Reserva de Reavaliação

Os encargos de amortização/depreciação e o custo dos bens baixados dos bens reavaliados no Ativo Não Circulante foram contabilizados como dispêndios do exercício, totalizando R\$:440.428,61, quando do encerramento do exercício foi efetuada a realização da Reserva de Reavaliação diretamente na conta de Sobras e ou Perdas do exercício na forma da legislação vigente.

Nota 05 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Caixa	6.299,89	7.431,94
Depósitos Bancários	683.768,55	530.858,70
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.305.225,69	5.969.873,99
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.995.294,13	6.508.164,63

Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras, as quais foram efetuadas em Instituições que operam no mercado nacional, tendo como característica a liquidez imediata, o baixo risco, a remuneração equivalente na média a 99% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com prazo de vencimento inferior a 360 dias.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Nota 06 – Contas a Receber: Associados, consumidores, permissionárias

	Saldos Vincendos	Saldos Vencidos até 90 dias	Saldos Vencidos mais de 90 dias	Total	
				2012	2011
Associados Forn.Energia					
Residencial	161.714,66	67.316,61	1.929,58	230.960,85	180.288,86
Industrial	40.450,03	23.884,78	0,00	64.334,81	48.629,13
Comercial, Serv. Outras	143.236,30	44.693,63	4.940,44	192.870,37	135.436,50
Rural	1.085.305,50	317.984,16	5.144,61	1.408.434,27	1.240.930,05
Poder Público	36.605,60	5.281,50	0,00	41.887,10	34.806,20
Iluminação Pública	7.964,66	1.850,11	0,00	9.814,77	8.382,94
Serviço Público	69.938,34	40.675,82	0,00	110.614,16	84.427,60
Sub-Total	1.545.215,09	501.686,61	12.014,63	2.058.916,33	1.732.901,28
Renda Não Faturada (a)	798.742,00	0,00	0,00	798.742,00	707.578,00
Total	2.343.957,09	501.686,61	12.014,63	2.857.658,33	2.440.479,28
Outros Créditos Energia					
Serviço Taxado	340,89	246,38	24,52	611,79	649,21
Participação Financeira	10.827,55	0,00	773,91	11.601,46	773,91
Acréscimo Moratório	6.759,96	9.938,68	119,63	16.818,27	8.338,01
Multas S/Energia	6.122,24	7.573,33	125,04	13.820,61	11.853,35
Parcelamentos	474,60	175,08	264,79	914,47	346,20
Convenios CIP/Outros	9.472,01	2.565,52	26,27	12.063,80	10.318,14
TUSD – G - Autorizadas	2.231,07	0,00	0,00	2.231,07	2.094,48
Total	36.228,32	20.498,99	1.334,16	58.061,47	34.373,30
Total a Receber	2.380.185,41	522.185,60	13.348,79	2.915.719,80	2.474.852,58
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosos	0,00	0,00	(7.998,23)	(7.998,23)	(9.697,94)
Total a Receber - Líquido	2.380.185,41	522.185,60	5.351,56	2.907.721,57	2.465.154,64

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da Cooperativa, incluso os impostos incidentes quando aplicável (ICMS e PIS/COFINS), bem como, outros créditos de energia a receber, todos registrados no ativo circulante.

a) Renda não Faturada

Na forma da Técnica de Funcionamento 7.2.174 do MCSE, o cálculo da energia fornecida e não faturada, consiste na mensuração por estimativa do consumo médio/dia de energia dos cooperados, do período compreendido entre o último registro de leitura até o último dia do mês da competência. Desta prática/cálculo, em 31/12/2012 está registrado no Balanço Patrimonial - Ativo – Circulante – Associados, Consumidores, Permissionárias e no Demonstrativo de Resultado (Sobras ou Perdas) – Fornecimento de Energia Elétrica a importância de R\$798.742,00 conforme demonstrado na Nota 06 - Associados Consumidores, Permissionárias e Nota 26 – Ingressos, Receitas Operacionais o montante de R\$91.164,00.

Nota 07 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2012	2011
Saldo Inicial	(9.697,94)	(11.309,82)
Provisão Constituída	(12.926,20)	(14.230,88)
Reversões por Recebimento	6.700,25	8.199,46
Baixas de Contas Incobráveis	7.925,66	7.643,30
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(7.998,23)	(9.697,94)

Composição da PCLD – Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa

Classe de Consumo	2012	2011
Residencial	(1.986,62)	(1.632,18)
Comercial	(4.647,89)	(7.043,61)
Rural	(1.363,72)	(1.022,15)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(7.998,23)	(9.697,94)

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Administração da Cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL na forma da IC – Instrução Contábil – 6.3.2 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, incluindo os créditos junto aos associados da classe de consumo residencial que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; associados comerciais vencidos há mais de 180 dias e associados enquadrados como industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias. O valor de R\$7.998,23 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Nota 08 – Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

	2012	2011
Ativo Circulante:		
Contribuição Social a Recuperar	125,38	0,00
ICMS a Recuperar	216.985,35	175.624,21
Total	217.110,73	175.624,21
Ativo Não Circulante:		
ICMS a Recuperar	344.586,36	223.821,56
Total	344.586,36	223.821,56

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados e ou intangíveis relacionados exclusivamente as atividades de distribuição e comercialização de energia, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

Nota 9 – Devedores Diversos

	2012	2011
Adiantamento de Férias	106.347,72	77.586,85
Adiantamentos a Funcionários e outros	2.708,30	15.600,00
Empregados por conta salários	240,09	832,00
Eletrobrás a Receber – DMR Recursos CDE	7.699,23	0,00
Alienações de Bens e Direitos	400,00	0,00
Convênios de Arrecadação	9.012,44	0,00
Juros e Acréscimos s/Capital a integralizar	1.162,70	1.163,50
Cheques devolvidos a apresentar	415,27	2.668,08
Total	127.985,75	97.850,43

Nota 10 – Estoques

	2012	2011
Materiais para Manutenção, Uso e ou Consumo:		
Almoxarifado – Emergência	63.529,40	67.354,68
Uso e ou Consumo	120.004,74	79.873,82
Reposição Oficinas de Transf. e Medidores	69.653,67	56.037,73
Matéria Prima	58.641,36	52.338,68
Resíduos e Sucatas	3.978,43	6.309,53
Total	315.807,60	261.914,44
Total de Estoques	315.807,60	261.914,44

Os estoques de materiais para manutenção, uso e ou consumo são destinados à operação e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica. O estoque de materiais – obras, destinados aos novos investimentos estão classificados no ativo imobilizado em curso - nota 15.

Nota 11 – Despesas Pagas Antecipadamente

	2012	2011
Seguros Pagos	6.883,16	6.240,43
Material de Expediente	6.678,16	7.459,75
Total	13.561,32	13.700,18

Nota 12 – Ativo Financeiro Indenizável

	2012
Terrenos	21.942,85
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	20,98
Máquinas e Equipamentos	72.065,59
Total	94.029,42

O Ativo Financeiro Indenizável corresponde á parcela dos bens e instalações que em função de sua vida útil, transcende o prazo de permissão, os quais não estarão amortizados ao final da permissão e na forma do Contrato o valor será objeto de indenização, caso não haver prorrogação. Tal prática foi adotada somente em 2012 em função da adequação e implantação do controle patrimonial na forma da Resolução 367 da Aneel e impossibilidade técnica.



Nota 13 – Investimentos Societários Avaliados pelo Custo de Aquisição

Atividades Não Vinculadas á permissão

	2012	2011
Ações CRT	30.062,33	30.062,33
Participações Fecoergs	549,87	549,87
Participação Sicredi	366.770,16	336.447,07
Participação Certhil	25,35	25,35
Participação Cresol	19.719,68	8.404,55
Total	417.127,25	375.489,17

Nota 14 – Imobilizado em Curso

	2012	2011
Material em Estoque – Obras	1.583.425,27	1.052.950,11
Maquinas e Equipamentos	5.404,34	19.179,63
Adiantamentos	564.600,00	43.000,00
Saldo	2.153.429,61	1.115.129,74

Nota 15 – Intangível

a) Direitos de Permissão - Infraestrutura de Distribuição em Serviço

	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Contábil	
			2012	2011
Em Serviço:				
Distribuição de Energia	35.007.041,14	(14.371.100,12)	20.635.941,02	19.442.238,06
Terrenos	3.717,19	0,00	3.717,19	25.660,04
Edificações	135.182,33	(37.450,72)	97.731,61	96.976,19
Máquinas e Equipamentos	33.441.285,14	(13.470.119,70)	19.971.165,44	18.722.538,37
Móveis e Utensílios	8.592,50	(4.732,98)	3.859,52	30.808,27
Veículos	1.418.263,98	(858.796,72)	559.467,26	566.255,19
Comercialização	127.872,72	(51.768,91)	76.103,81	139.500,51
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	21.965,36
Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	24.979,90
Veículos	127.872,72	(51.768,91)	76.103,81	92.555,25
Administração	943.360,75	(288.136,09)	655.224,66	622.757,58
Edificações	363.563,12	(36.790,53)	326.772,59	340.503,17
Máquinas e Equipamentos	373.681,24	(144.663,01)	229.018,23	161.707,66
Móveis e Utensílios	92.518,47	(31.150,75)	61.367,72	61.202,53
Veículos	113.597,92	(75.531,80)	38.066,12	59.344,22
Total	36.078.274,61	(14.711.005,12)	21.367.269,49	20.204.496,15
Obrigações Especiais	(3.364.355,55)	0,00	(3.364.355,55)	(2.966.600,03)
Infraestrutura de Distribuição em Serviço	32.713.919,06	(14.711.005,12)	18.002.913,94	17.237.896,12

b) Intangível – Outros - em Serviço

	Valor Original	Amortização Acumulada	Valor Contábil	
			2012	2011
Em Serviço:				
Softwares de Gestão	241.928,18	(190.084,63)	51.843,55	54.174,42
Total	241.928,18	(190.084,63)	51.843,55	54.174,42

c) Intangível – Direitos de permissão em Curso

	2012	2011
Em Curso:		
Terrenos	2.300,0	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	21.643,14	0,00
Máquinas e Equipamentos	89.710,88	0,00
Total	113.654,02	0,00

d) Composição do Intangível

	Valor Original	Amortização Acumulada	Valor Contábil	
			2012	2011
Intangível – Direitos de Permissão	32.713.919,06	(14.711.005,12)	18.002.913,94	17.237.896,12
Intangível – Outros	241.928,18	(190.084,63)	51.843,55	54.174,42
Intangível em curso	113.654,02		113.654,02	0,00
Total	33.069.501,26	(14.901.089,75)	18.168.411,51	17.292.070,54



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

(i) Contrato de Concessão – ICPC 01: Com as alterações na legislação societária brasileira que desencadeou o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), e a regulamentação das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica na forma do contrato de permissão de maio/2010, buscamos nos adequar aos regramentos deste ambiente regulado e em decorrência da complexidade destas matérias, em 2011 implementamos o ICPC 01 – Contratos de Concessão. Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições: i) Controle e regulamentação de quais serviços devem ser prestados com a infraestrutura; ii) a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do (a) Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da NBC TG 17 - contratos de construção relativos á prestação de serviços de construções e melhorias na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 26 e 28) estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício nos mesmos montantes (R\$3.445.263,28).

ii) Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na infraestrutura de distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

iii) A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

iv) As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão e não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados. Para fins de atendimento a Instrução Contábil – IC 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica os valores das obrigações especiais estão demonstrados no Balanço Patrimonial como redutor do Ativo Imobilizado.

e) Composição das Obrigações Especiais

	2012	2011
Participação da União, Estados e Municípios	71.264,21	52.233,23
Universalização do Serviço Público de Energia	2.438.157,13	2.438.157,13
Participação do Consumidor	841.411,63	473.709,06
Valores não aplicados	1.921,12	2.500,61
Valores Pendentes de Recebimento	11.601,46	0,00
Totais	3.364.355,55	2.966.600,03

f) Resumo da Movimentação do Intangível em Serviço e Imobilizado em Curso

	Intangível em Serviço	Obrigações Especiais Vinculadas	Total	Imobilizado em Curso
Saldo em 2010	19.799.610,37	(2.490.398,88)	17.309.211,49	1.040.665,50
Adições	2.503.393,41	(476.201,15)	2.027.192,26	74.464,24
Transferências	0,00		0,00	
Baixas	(292.519,65)		(292.519,65)	
Amortização	(1.751.813,56)		(1.751.813,56)	
Saldo em 2011	20.258.670,57	(2.966.600,03)	17.292.070,54	1.115.129,74
Adições	3.331.609,40	(397.755,52)	2.933.853,88	1.151.953,89
Transferência Ativo Financeiro	(94.029,42)		(94.029,42)	
Baixas	(367.162,08)		(367.162,08)	
Amortização	(1.709.975,43)		(1.709.975,43)	
Saldo em 2012	21.419.113,04	-3.364.355,55	18.054.757,49	2.267.083,63



Na forma do NBC TG 20 – Custos de Empréstimos, os encargos de financiamentos contabilizados na demonstração de sobras e ou perdas, são oriundos de empréstimos contratados junto a Eletrobrás – RGR do PLPT – Programa Luz Para Todos, de obras contratadas e finalizadas anteriormente ao exercício de 2012, assim estes encargos não fazem parte do custo das imobilizações registradas no exercício de 2012.

g) Vidas Úteis e Taxas de Amortização e Depreciação

A amortização e depreciação dos ativos/bens no exercício de 2012 foram realizadas pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Aneel na Resolução 474 de 07/02/2012.

Principais Taxas de amortização e Depreciação utilizadas:

UC/UAR:	Taxa %:	UC/UAR:	Taxa %:
Condutor classe Inferior a 69 KV	3,57%	Regulador de Tensão Inf. 69 KV	4,35%
Equipamento Geral	6,25%	Religador de Distribuição	4,00%
Equipamento Geral Informática	16,67%	Transformador de Distribuição	4,00%
Estrutura Postes	3,57%	Transformador de Força	2,86%
Medidor Eletromecânico	4,00%	Veículos	14,29%
Medidor Eletrônico	7,69%	Software	20,00%

Os valores contabilizados como dispêndios de depreciação e amortização nos exercícios de 2012 e 2011 foram de R\$1.709.975,43 e R\$1.751.813,56 respectivamente.

h) Em 2012 quando da adequação do controle patrimonial dos bens que integram a permissão na forma da Resolução 367/2009 da Aneel, os valores das contas de Máquinas e equipamentos – Correção IPC/90 no valor de R\$1.299.622,40 e a respectiva amortização no valor de R\$828.445,06, foram incorporados aos valores originais dos bens de redes.

i) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado quanto ao equilíbrio econômico-financeiro da permissão e a atividade de distribuição de energia é remunerada pelas tarifas reguladas que devem cobrir os custos necessários e a remuneração de seus ativos em serviço. No que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 16– Fornecedores

	2012	2011
Passivo Circulante		
Concessionários – Suprimento Energia	60.395,92	54.349,47
Fornecedores – Materiais e Serviços	207.983,32	191.968,61
Total	268.379,24	246.318,08

Nota 17 – Folha Pagamento

	2012	2011
Passivo Circulante		
Tributos e Contribuições Retidos Fonte	64.624,89	20.023,94
Consignações em favor de Terceiros	8.450,63	6.908,25
Total	73.075,52	26.932,19

Nota 18 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

	2012	2011
Passivo Circulante:		
IRPJ a Recolher	42.158,77	23.186,17
ICMS Energia Elétrica a Recolher	20.603,03	30.834,50
INSS a Recolher	67.740,85	100.640,80
PIS Folha de Pagamento	5.132,33	4.329,25
Contribuição Sindical	0,00	352,85
COFINS a Recolher	24.936,12	21.320,80
FGTS a Recolher	36.953,44	30.742,05
PIS Faturamento a Recolher	5.402,82	4.619,50
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro	10.002,15	9.516,97
IR/PIS/COFINS/CSLL – Retenções Terceiros	13.341,39	0,00
ISSQN – Retenção Terceiros	399,29	453,89
Funrural - retido	0,00	8,81
Total	226.670,19	226.005,59



Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos

Moeda Nacional – Real:	Valor do Principal	Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Total 2012	Total 2011	Total 2012	Total 2011
Eletrobrás – RGR – PLPT	59.188,68	59.188,68	60.665,02	285.949,77	343.662,12
Total	59.188,68	59.188,68	60.665,02	285.949,77	343.662,12

a) Taxas de Juros

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo (passivo circulante) e longo prazo (passivo não circulante) denominados em Reais têm taxas médias de juros de 5% ao ano, mais 1% de taxa de administração. Os juros são capitalizados e amortizáveis ao final de cada mês, dentro da própria competência.

b) Vencimento das Parcelas de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas á longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm vencimentos nos anos seguintes:

Ano:	Em R\$	Em %
2014	59.188,68	20,70%
2015	59.188,68	20,70%
2016	59.188,68	20,70%
2017 em diante	108.383,73	37,90%
Total a Vencer	285.949,77	100,00%

c) Garantias

Para liquidação dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, a Cooperativa deu como garantia os seus recebíveis, o que representa cerca de 0,14% da sua receita líquida.

Nota 20 – Obrigações Estimadas

	2012	2011
Provisão sobre Férias	399.156,41	330.341,94
Encargos Sociais sobre férias (INSS/FGTS/PIS)	150.965,85	124.949,76
Total de Obrigações Estimadas	550.122,26	455.291,70

Nota 21 – Taxas Regulamentares:

	2012	2011
RGR – Reserva Global de Reversão	0,00	27.739,94
CCC – Conta de Consumo de Combustível	29.606,20	53.141,25
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	44.612,11	39.394,50
P&D–FNDCT–Fundo Nac. Desenv. Cient. e Tecnológico	5.315,57	4.427,34
P&D – Ministério de Minas e Energia	2.657,77	2.213,66
P&D – Pesquisa e Desenvolv.– Recursos Empresa	64.596,03	34.596,41
PEE – Programa de Eficiência Energética –Rec. Empresa	164.346,18	86.491,10
TFSEE - Taxa de Fiscalização Aneel	5.032,60	3.385,06
Ressarcimento ICMS Estados Ex-Isolados	7.973,35	6.641,01
Total de Encargos do Consumidor	324.139,81	258.030,27

RGR – Reserva Global de Reversão: criada pela Lei 8631 de 04/03/1993 tem por finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Este encargo foi extinto pela MP 579/2012, convertida na Lei 12783/2013.

CCC – Conta de Consumo de Combustíveis: criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas. Este encargo foi extinto pela MP 579/2012, convertida na Lei 12783/2013.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: através da Lei 10438/2002, no artigo 13, foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, á promoção da



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas à modicidade tarifária.

PEE – P&D – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento:

O PEE e o P&D são programas de investimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, para as concessionárias e permissionárias de energia elétrica, calculados em 1% da receita operacional líquida das empresas, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE. Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 40% são recolhidos ao FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 20% ao MME - Ministério de Minas e Energia, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações das unidades consumidoras.

Movimentações	P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	Saldo ODS Aplicação P&D	PEE - Pesquisa e Eficiência Energética	Saldo ODS Aplicação PEE
Saldo em 2010	10.835,54	-	27.088,89	-
Obrigações Constituídas ano	21.667,67		54.169,21	
Juros Selic	2.093,19		5.232,99	
Débitos Cta Obrigações	-	-	-	-
Aplicações em Projetos P&D	-	-	-	-
Saldo em 2011	34.596,40	-	86.491,09	-
Obrigações Constituídas ano	27.461,43		68.579,27	
Juros Selic	2.538,19		9.275,82	
Débitos Cta Obrigações	-		-	
Aplicações em Projetos P&D		27.191,07	-	
Saldo em 2012	64.596,02	27.191,07	164.346,18	-

Ressarcimento ICMS Estados Ex-Isolados:

Criado pela Lei 12111/09 e regulamentado pela Aneel, calculado sobre 0,30% da ROL – Receita Operacional Líquida e destina-se ao ressarcimento a Estados com perda de arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis para geração de energia em virtude da interligação destes sistemas ao SIN-Sistema Interligado Nacional, este encargo teve vigência até dez/2012.

Nota 22 – Outros Credores

	2012	2011
Contas Pagas em Duplicidade	344,61	0,00
Faturas Retificadas	58,16	0,00
Crédito Bônus Itaipu Res. 313/08	571,09	0,00
Convênios com Hospitais	3.170,00	3.227,00
Convênios CIP – Iluminação Pública	18.221,03	15.155,68
Total de Outros Credores	22.364,89	18.382,68

Nota 23 – Provisões e Contingências

Contingências	Valor Estimado	Depósitos Judiciais	Valor Líquido	
			2012	2011
Trabalhistas	25.000,00	13.379,37	11.620,63	5.995,74
Fiscais	601.311,48	362.858,03	238.453,45	231.478,76
Outras	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00
Total de Contingências	638.311,48	376.237,40	262.074,08	237.474,50

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas, fiscais e cíveis e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Assessoria jurídica da Cooperativa quando as considera como prováveis.

a) Trabalhistas

Embora a Cooperativa seja parte de ações movidas por ex-funcionários envolvendo a cobrança de diferenças salariais, horas-extras, periculosidade e outros, bem como, de responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas quando da construção das usinas, não foram constituídas provisões em função da opinião da



Assessoria jurídica de que estas obrigações seriam de perda possível.

b) Cíveis

A cooperativa é parte em ações cíveis de cobrança movidas por associados e ou não associados, envolvendo a discussão sobre a restituição de valores supostamente pagos nas instalações de redes de energia elétrica, não foram constituídas provisões em função da opinião da Assessoria jurídica de que estas obrigações seriam possíveis e ou remotas.

c) Contingências Fiscais e o efeito da Lei 10.684 30.05.2003 e IN 358 de 09.09.2003

A Cooperluz no ano de 2000 ingressou na Justiça federal – 1ª Vara de Santo Angelo/RS, processo nº 2000.71.05.001073-0, discutindo a base de cálculo do PIS e da COFINS (medida provisória 1858-9 de 24/09/1999), efetuando os depósitos judiciais sobre o entendimento da base de cálculo. A assessoria jurídica contratada classifica esta ação com remota possibilidade de perda. Em 30.05.2003, a Lei 10.684 e a Instrução Normativa – IN 358 de 09.09.2003 trouxe alterações na base de cálculo para estas contribuições, em especiais para as cooperativas de eletrificação rural, retroagindo seus efeitos aos exercícios de 1999 á 2003.

A Cooperativa por prudência e por orientação da Assessoria Jurídica reconheceu no exercício de 2004 os efeitos retroativos desta norma, constituindo no Passivo Não Circulante - Provisão para Contingências Fiscais a conta COFINS – Lei 10684 – 1999 á 2003, no valor de R\$125.971,63 e a conta PIS – Lei 10684 – 1999 a 2003, no valor de R\$27.283,35, valores estes atualizados pela variação da taxa selic até a data de 31/12/2012.

Nota 24 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 05;

Contas a receber: apresentadas na nota 06;

Empréstimos e financiamentos: apresentados na nota 19.

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.995.294,13	5.995.294,13	6.508.164,63	6.508.164,63
Contas a Receber	2.915.719,80	2.915.719,80	2.474.852,58	2.474.852,58
Empréstimos e Financiamentos	345.138,45	345.138,45	404.327,14	404.327,14

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

31 de Dezembro de 2012	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinado a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos Financeiros:					
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.995.294,13			5.995.294,13
Contas a Receber		2.915.719,80			2.915.719,80
Total		8.911.013,93			8.911.013,93
Passivos Financeiros:					
Empréstimos e Financiamentos				345.138,45	345.138,45
Total				345.138,45	345.138,45

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a Libor e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.



Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto às instituições financeiras geradas por operações de aplicações financeiras.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 25 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 3.138.954,51 é formado por cotas partes referente a 15.051 associados em 31 de dezembro de 2012.

Natureza e Finalidade das Reservas

b) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 10% das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

c) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, familiares e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

d) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 60% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembléia Geral, e destina-se a cobrir dispêndios de manutenção, operação, investimentos, ampliação e melhoramentos do sistema de distribuição de energia elétrica, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem o desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

e) Resultado Abrangente e Sobras a Disposição da Assembléia Geral Ordinária

	2012	2011
Sobras Líquidas do Exercício	3.003.093,85	3.239.321,53
Demais Resultados Abrangentes		
Reversão de Reservas – RATES	0,00	144.537,54
Reversão de Reservas – Reavaliação	440.428,61	465.050,14
Resultado do Exercício Abrangente	3.443.522,46	3.848.909,21
Destinações:		
Fundo de Reserva – 10%	320.331,74	371.729,40
Rates – Reserva Assist. Educ.Social- Ato não cooperativo	240.205,13	131.615,30
Rates – Reserva de Assistência, Educacional e Social – 5%	160.165,87	185.864,70
Fundo de Manutenção e Expansão – 60%	1.921.990,40	2.230.376,35
Sobras a Disposição da Assembléia Geral Ordinária	800.829,32	929.323,46

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Nota 26 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2012	2011
Ingressos/Receita Operacional Bruta:		
Fornecimento de Energia Elétrica	16.979.021,49	15.305.822,44
Receita Não faturada - nota 6	91.164,00	707.578,00
Disponibilização do Sistema de Distribuição	25.724,42	24.947,06
Outras Receitas	23.547,83	6.877,46
Outras Receitas de Construção Vinculadas – nota 15d (i)	3.445.263,28	2.696.739,63
Total dos Ingressos/Receita Operacional Bruta	20.564.721,02	18.741.964,59
Tributos sobre a Receita	1.931.051,26	1.792.624,99
ICMS	1.747.315,68	1.544.337,49
PIS/COFINS	183.735,58	248.287,50
Encargos do Consumidor:	1.241.730,42	1.241.730,42
Quota RGR – Reserva Global Reversão	320.004,10	320.557,48
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	504.039,66	340.283,70
CCC – Conta de Consumo de Combustível	496.484,70	440.618,64
Pesquisa e Desenvolvimento	68.653,57	54.169,21
Eficiência Energética	68.579,27	54.169,21
Outros Encargos (CCC Adicional)	41.192,14	36.932,18
Dedução dos Ingressos/Receita e dos Encargos do Consumidor	3.430.004,70	3.039.355,41
Ingressos/Receita Operacional Líquida	17.134.716,32	15.702.609,18

Nota 27 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWh		R\$:	
	2012	2011	2012	2011
RGE S/A	55.443	52.028	2.157.408,66	2.034.753,38
Proinfra	1.140	1.532	193.163,32	139.394,82
Totais	56.583	53.560	2.350.571,98	2.174.148,20

Nota 28 – Dispêndios/Despesas e Custos

Natureza dos Custos e Despesas	2012			Total
	Custos dos Serviços	Despesas C/Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	
Energia Elétrica Comprada p/revenda	2.350.571,98			2.350.571,98
Pessoal e Administradores	3.797.211,02		1.077.655,47	4.874.866,49
Materiais	716.779,16		61.806,21	778.585,37
Serviços de Terceiros	713.868,73		184.081,59	897.950,32
Depreciações e Amortizações	1.639.960,16		70.015,27	1.709.975,43
TFSEE – Taxa Fisc. Aneel	52.153,50			52.153,50
Provisões e Reversões	37.000,00	-1.699,71		35.300,29
Outras	328.038,46		208.629,93	536.668,39
Outros Dispêndios C/ Construção - nota 15 d (i)	3.445.263,28			3.445.263,28
Outras Receitas Operacionais	(393.006,62)			(393.006,62)
Outras Despesas Operacionais	196.022,41			196.022,41
Totais	12.883.862,08	-1.699,71	1.602.188,47	14.484.350,44



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Natureza dos Custos e Despesas	2011				Total
	Custos dos Serviços	Despesas C/Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras	
Energia Elétrica Comprada p/revenda	2.174.148,20				2.174.148,20
Pessoal e Administradores	3.247.752,21		870.164,97		4.117.917,18
Materiais	646.553,05		69.915,40		716.468,45
Serviços de Terceiros	574.790,32		148.402,18		723.192,50
Depreciações e Amortizações	1.680.595,43		71.218,13		1.751.813,56
TFSEE – Taxa Fisc. Aneel	42.117,97				42.117,97
Provisões e Reversões		(1.611,88)			(1.611,88)
Outras	319.302,90		182.048,57		501.351,47
Outros Dispêndios C/ Construção - nota 15d(i)	2.696.739,63				2.696.739,63
Outras Receitas Operacionais	(193.346,22)				(193.346,22)
Outras Despesas Operacionais	199.140,01				199.140,01
Outros Dispêndios não vinculados - RATES				144.537,54	144.537,54
Totais	11.387.793,50	(1.611,88)	1.341.749,25	144.537,54	12.872.468,41

Nota 29 - Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por Atividade

A Demonstração do Resultado do Exercício de 2012 ora apresentada está de forma segregada pelas atividades de distribuição e comercialização e atividades não vinculadas.

Demonstração do Resultado	Distribuição	Comercialização	Não Vinculadas	Consolidado
Ingressos/Receita Operacional Bruta:				
Fornecimento de Energia Elétrica	9.429.946,72	7.640.238,77		17.070.185,49
Disponibilização Sistema de Distribuição	25.724,42			25.724,42
Outras Receitas		23.547,83		23.547,83
Outras Receitas de Construção nota 4(i)	3.422.474,28	22.789,00		3.445.263,28
Total dos Ingressos/Receita Operacional Bruta	12.878.145,42	7.686.575,60		20.564.721,02
Tributos sobre a Receita	1.072.823,12	858.228,14		1.931.051,26
ICMS	970.368,42	776.947,26		1.747.315,68
PIS/COFINS	102.454,70	81.280,88		183.735,58
Encargos do Consumidor:	832.399,71	666.553,73		1.498.953,44
RGR -Reserva Global Reversão	177.713,70	142.290,40		320.004,10
CDE – Conta de Desenv. Energético	279.917,46	224.122,20		504.039,66
CCC – Conta Consumo Combustível	275.721,83	220.762,87		496.484,70
Outros Encargos	99.046,72	79.378,26		178.424,98
Dedução dos Ingressos/Receita e dos Encargos do Consumidor	1.905.222,83	1.524.781,87		3.430.004,70
Ingressos/Receita Operacional Líquida	10.972.922,59	6.161.793,73		17.134.716,32
Custo do Serviço de Energia Elétrica	9.546.879,06	3.336.983,02		12.883.862,08
Energia Elétrica Comprada p/revenda		2.350.571,98		2.350.571,98
Custo de Operação	9.546.879,06	986.411,04		9.213.645,30
Pessoal e Administradores	3.205.801,05	591.409,97		3.797.211,02
Materiais	590.572,29	126.206,87		716.779,16
Serviços de Terceiros	385.770,80	328.097,93		713.868,73
Depreciações e Amortizações	1.607.313,84	32.646,32		1.639.960,16
TFSEE – Taxa Fisc. Aneel		52.153,50		52.153,50
Provisões e Reversões	25.000,00	12.000,00		37.000,00
Outras	234.894,19	93.144,27		328.038,46
Dispêndios C/ Construção-nota 15d(i)	3.422.474,28	22.789,00		3.445.263,28
Outros Ingressos Operacionais	(120.969,80)	(272.036,82)		(393.006,62)
Outros Dispêndios Operacionais	196.022,41			196.022,41
Sobras Operacional Bruta	1.426.043,53	2.824.810,71		4.250.854,24
Dispêndios Operacionais	1.307.694,75	292.794,01	0,00	1.600.488,76
Dispêndios com Venda		(1.699,71)		(1.699,71)
Dispêndios Gerais e Administrativos	1.307.694,75	294.493,72		1.602.188,47
Resultado do Serviço	118.348,78	2.532.016,70		2.650.365,48
Ingressos/Dispêndios Financeiros	382.219,07	213.757,12	0,00	623.166,68



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Renda de Aplicações Financeiras	410.457,86	92.246,19		502.704,05
Varição Monet. Acrésc. Moratório Energia		135.055,55		135.055,55
Encargos de Dívidas	(22.601,62)			(22.601,62)
Resultado Participações Societárias			44.346,49	44.346,49
Outros Ingressos/Dispêndios Financeiros	(5.637,17)	(13.544,62)	(17.156,00)	(36.337,79)
Sobras/Perdas antes da CSLL/IRPJ	500.567,85	2.745.773,82	27.190,49	3.273.532,16
CSLL- Contribuição Social S/Lucro	43.850,60	32.785,47	1.303,48	77.939,55
Imposto de Renda PJ	108.304,26	80.975,10	3.219,40	192.498,76
Sobras Líquidas do Exercício	384.412,99	2.632.013,25	22.667,61	3.003.093,85

Nota 30 - Demonstração Tributável do Resultado – Operações Com Associados e Terceiros

Demonstração de Sobras e ou Perdas	Totais	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
Ingressos/Receitas Operacionais	20.564.721,02	20.564.721,02	
(-) Deduções dos Ingressos	3.430.004,70	3.430.004,70	
(=) Ingressos/Receita Líquida	17.134.716,32	17.134.716,32	
(-) Energia Elétrica P/Revenda	2.350.571,98	2.350.571,98	
(-) Dispêndios – Custo de operação	10.533.290,10	10.882.097,94	348.807,84
(=) Sobra Operacional Bruta	4.250.854,24	3.902.046,40	348.807,84
(-) Dispêndios C/Venda	(1.699,71)	(1.699,71)	
(-) Dispêndios gerais e Administrativos	1.602.188,47	1.602.188,47	
(=) Resultado do Serviço	2.650.365,48	2.301.557,64	348.807,84
(+/-) Ingressos/Dispêndios Financeiros	623.166,68	622.693,86	472,82
(=) Resultado do Exercício Antes Impostos	3.723.532,16	2.924.251,50	349.280,66

Nota 31 – Demonstração de Fluxo de Caixa

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa.

Nota 32 - Demonstração do Valor Adicionado

Os valores relacionados à mão de obra utilizada para construção de redes de energia elétrica em 2012, no valor de R\$1.012.191,18 foram reconhecidos como “Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios”, em atendimento à NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138, de 21/11/2009. Para fins de comparabilidade das demonstrações, o mesmo procedimento foi adotado para o exercício de 2011, apurando-se um valor de R\$730.518,88.

Nota 33 – Seguros

Bens Segurados:	Cobertura Básica:	Importância Segurada:
Prédios Terceiros locados	Básica – Incêndio – vendaval	2.205.000,00
Veículos Administração	Total – danos materiais e pessoais	1.350.000,00
Seguro de Vida	Funcionários – Acidente e morte acidental	2.160.000,00
Total Segurado:		5.715.000,00

Nota 34 – Avais

A Cooperativa não constituiu e não concedeu avais em nome da própria cooperativa, de funcionários, diretores, associados, terceiros pessoas físicas e ou jurídicas.

Nota 35 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação em 05/02/2013 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Nota 36 - Balanço Social

As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

Querino Volkmer
Presidente-Cooperluz

Paulo Kreutz
Secretário-Cooperluz

Ivar Pacheco de Souza
Contador-CRCRS 43674/0



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERLUZ – COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE**, inscrita no CNPJ: 95.824.322/0001-61, com sede em Santa Rosa/RS, em cumprimento ao que determina o Art. 49, inciso XI do Estatuto Social, tendo examinado os lançamentos e documentos contábeis, o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2012, os mesmos refletem a realidade e somos do parecer de que merecem a aprovação dos Senhores Associados.

Santa Rosa (RS), 08 de Fevereiro de 2013.

Alberto Langer
Conselho Fiscal

Celso Antonio Backes
Conselho Fiscal

Abrilino da Silva Costa
Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2012

Aos

Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da
COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
Santa Rosa – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme a Nota Explicativa 16, a sistemática de cálculo da depreciação dos bens do imobilizado (classificado no ativo intangível para atendimento da ITG 01 - Contratos de Concessão) prevista na NBC TG 27, aprovada pela resolução 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, requer a apuração do valor depreciável mediante estimativa da vida útil remanescente e do valor residual recuperável. A COOPERLUZ, permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, adota as estimativas de vida útil em conformidade com a Resolução Aneel 474/2012, as quais são consideradas pela administração compatíveis com o regramento da NBC TG 27. A nossa opinião, emitida no parágrafo acima, não se modifica em face do assunto enfatizado.

Outros Assuntos

A Demonstração do Valor Adicionado apresentada para propiciar informações suplementares, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis da entidade. Essa demonstração foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo que trata da responsabilidade dos auditores independentes e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas com relatório de opinião emitido em 13 de março de 2012, sem ressalvas.

Porto Alegre, 01 de março de 2013.

Cristiano Crivelaro Dickel
CRC/RS 080675/O-2 S-SC | CNAI 2921

Erni Dickel – Responsável Técnico
CRC/RS 041338/O-2 S-SC | CNAI 485

DICKEL & Maffi – Auditoria e Consultoria S/S
Registro CRC/RS 3.025/0-O – OCB 374
CVM – 7.234